



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS DESTINADA A DEBATER A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PARA O EXERCÍCIO FISCAL DE 2015.

Aos cinco dias do mês de novembro de 2014, às 10 horas e 25 minutos, no Plenário, o Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Dr. Michel, abriu a audiência pública destinada a debater a proposta de orçamento do Governo do Distrito Federal para o exercício fiscal de 2015. Compuseram a Mesa, além do Vice-Presidente da CEOF, a Deputada Celina Leão, o Deputado Chico Vigilante, o Secretário de Estado de Fazenda, Senhor Adonias dos Reis Santiago, o Secretário de Planejamento e Orçamento, Senhor Paulo Antenor de Oliveira e o Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento, Senhor Genésio Vicente. Presentes no Plenário, os Deputados Wasny de Roure, Agaciel Maia e Olair Francisco. Os trabalhos foram iniciados com a apresentação do Secretário de Planejamento, que mostrou os principais dados do projeto de lei orçamentária para o próximo ano. Segundo o Secretário, o GDF vai contar, em 2015, com um orçamento de trinta e sete bilhões, trezentos e quatro milhões de reais. Desse total, um bilhão, quatrocentos e trinta e quatro milhões são das estatais e vinte nove milhões quatrocentos e sessenta e cinco milhões do seu próprio orçamento. O Secretário explicou que a principal mudança para 2015 está na inclusão dos Fundos Constitucionais de Educação, Saúde e Segurança, que passam a integrar o orçamento do DF, no valor de seis bilhões quatrocentos e seis milhões. O Secretário informou que estão previstos vinte e seis bilhões e sessenta e cinco milhões de reais de receitas, sendo que a receita tributária é a mais importante, com um percentual previsto de 48% das receitas correntes, totalizando uma arrecadação de quatorze bilhões duzentos e cinquenta e cinco milhões de reais. O Secretário esclareceu que houve um aumento no valor das transferências correntes proveniente da inclusão do Fundo Constitucional, sendo que os valores destinados à saúde e educação somam quase oito bilhões, o que corresponde a 27% das receitas. Quanto às receitas de capital, o Secretário chamou a atenção para as operações de crédito, em que há um limite máximo estabelecido de um bilhão novecentos e vinte e um milhões, e para as transferências de capital, no valor de um bilhão, trezentos e trinta e seis milhões. Detalhando as receitas tributárias, o Secretário explicou que o ICMS é o principal tributo do DF, representando 51% da receita tributária, com valor previsto de arrecadação de sete bilhões e trezentos milhões de reais. Apesar de não estar na apresentação, o Secretário lembrou que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o próximo ano previu uma renúncia fiscal ao redor de dois bilhões ao ano, valor bem significativo. O segundo tributo mais importante para o GDF é o IRRF, representando 19% da arrecadação própria. Em seguida vem o ISS, com um valor aproximado de um bilhão e setecentos milhões, o que representa 12%, e só depois aparecem o IPVA e o IPTU. Segundo o Secretário, a análise do ITBI ao longo dos anos mostra que este imposto começa a ter uma representação importante na arrecadação do GDF, chegando a quatrocentos milhões atualmente. Tributos como o Imposto Simples, as taxas e o ITCDF, contribuem com valores pequenos. Com relação às transferências



correntes, o Secretário informou que o Fundo Constitucional da Saúde contribui com 39% e o Fundo Constitucional da Educação com 35%. Os demais fundos, FPE, FNDE e FPM, estão tendo seus valores diminuídos. Sobre as receitas de capital, o Secretário informou que o percentual máximo para contratação de operações de capital para o próximo ano está definido em 56% e as transferências de capital da União e convênio devem representar 39%. Segundo o Secretário, os valores previstos para alienação de bens e amortização são pouco representativos. Em seguida, o Secretário apresentou um quadro da evolução da receita, onde mostra que está havendo um crescimento contínuo. O Secretário abordou, então, a previsão das despesas. A principal alocação de recursos, 57%, está prevista para despesas correntes, pessoal e encargos, seguida de juros e encargos da dívida e outras despesas de custeio. Detalhando as despesas por função, a maior previsão refere-se à Previdência Social, seguida de Educação, Saúde, Urbanismo, Transporte, Administração, Encargos Especiais, Demais Despesas, Legislativa e Segurança. Nesta última, não está se considerando a parte proveniente do Fundo Constitucional. O Secretário informou que, em comparação ao ano anterior, houve pouca variação nos valores previstos para custeio e investimento, e que as demais despesas mantêm um nível natural. O Secretário comentou que a proposta orçamentária que está sendo apresentada foi elaborada pelo atual governo e que é natural que o governo eleito faça as adequações que achar necessárias. Na sequência da apresentação, o Secretário apontou os principais projetos estruturantes que estão previstos no orçamento. Na área de mobilidade, a construção do túnel rodoviário em Avenida de Taguatinga, Veículo Leve sobre Pneus Eixo Sul, corredor e transporte coletivo Eixo Norte, Balão do Torto, Colorado, obras de urbanização pró-moradia, implantação do corredor e transporte coletivo do Eixo Oeste, implantação do metrô leve sobre trilhos, linha I do metrô, construção do trevo de triagem norte, ampliação da DF-047 – Estrada Parque Aeroporto, construção e reformas de terminais rodoviários, implantação do corredor de transporte coletivo Eixo Sudoeste, construção do anel viário, duplicação da via de ligação Núcleo Bandeirante-Guará, calçadas no Eixo Monumental, construção de paradas para passageiros de ônibus e implantação de ciclovia em diversas rodovias. Na área social, ações complementares ao Programa de Transferência de Renda, construções de centros de referências especializados para população em situação de rua e de assistência social e de centro comunitário pró-moradia. Na área cultural, esporte e lazer, construção de praças públicas e parques, paisagismo Burle Marx, construção de quadras esportivas, construção de quadras esportivas nas unidades de ensino médio e fundamental, revitalização de parques, reforma de edificações e de espaços culturais do Patrimônio Histórico. Na área de educação, construção de unidades da educação infantil – creche, construção do Centro de Educação de Primeira Infância, reforma de unidade do ensino fundamental, construção de escola na Estrutural, construção de unidades de educação infantil e creche pró-moradia. Na área de saúde, reforma e ampliação de unidades básicas de saúde, construção de unidades de internação e de atenção à saúde mental, sede do Centro de Orientação Médico-Psicopedágica. Na área de Saneamento, construção de aterro sanitário, melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água, reestruturação dos



sistemas de drenagem pluvial e fluvial/Taguatinga e obras complementares do Programa Águas do DF, construção de centros de triagem e materiais recicláveis, complementação do sistema de esgotamento sanitário. Ao final da apresentação, o Secretário apresentou os limites previstos e as vinculações feitas para Educação / FUNDEB, Saúde, FAP, FAC, FUNDAF, Fundo da PGDF, Fundo da Criança, Reserva de Contingência e Precatórios, salientou que a apresentação feita é um resumo da proposta orçamentária e se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas. O Deputado Dr. Michel passou, então, a palavra para o Secretário de Fazenda, Senhor Adonias dos Reis Santiago. Ao cumprimentar os presentes e registrar sua satisfação de estar participando da audiência pública, o Secretário Adonias teceu algumas considerações sobre as receitas. Segundo o Secretário, o crescimento da economia em 2014 está na ordem de 1% e a arrecadação tributária, até o último quadrimestre, apresenta-se como uma das mais elevadas no Brasil, com um percentual de 12,9%. Algumas questões fizeram diferença nesse processo. A primeira delas foi o tratamento intensivo de tecnologia da informação para o acompanhamento de créditos tributários e de operações. De acordo com o Secretário, hoje é possível acompanhar a trajetória de qualquer mercadoria desde a emissão da nota fiscal, em qualquer unidade da federação, até o seu destino final. Segundo o Secretário, isso, porém, ainda não é suficiente. Para que seja suficiente, é necessário que se identifique os veículos que ingressam no DF e que se acompanhem esses veículos por meio de GPS. Já existe um projeto de lei pronto que trata desse assunto. Outra questão refere-se a algumas medidas tomadas pelo Distrito Federal que visam atrair de volta investimentos, especialmente do comércio atacadista, que haviam saído do DF. A volta desses investimentos está impactando a economia local e a expectativa, para 2015, é que esses projetos tenham continuidade. Algumas questões, no entanto, preocupam o governo atual. A primeira delas diz respeito ao tratamento tributário do IPTU. Ao longo de trinta anos, o imposto dos imóveis já existentes foi reajustado exclusivamente pela inflação, enquanto que imóveis novos foram tributados por valores atualizados. Por isso, hoje, há imóveis que são tributados por 50% do seu valor, outros por 60% e outros por alíquotas maiores. Para que essas diferenças sejam solucionadas, será necessário um trabalho de atualização dos valores dos imóveis através de mecanismos de geoprocessamento. A segunda questão refere-se ao IPVA. Segundo o Secretário, não há espaço para a melhoria da tributação desse imposto. Isso porque as isenções concedidas ao IPI causaram queda nos valores de mercado de automóveis. Essa questão precisa ser tratada de forma bastante equilibrada pelo próximo governo. Em seguida o Secretário discorreu rapidamente sobre o ISS, o IRRF, o Imposto de Transmissão, o Simples, as taxas e o ITCD e esclareceu que a arrecadação do ICMS foi extremamente prejudicada em 2014 devido ao congelamento de preços causado pelas isenções da linha branca. O Secretário chamou a atenção para as desonerações do ICMS. A primeira é sobre o Programa Nota Legal. Segundo o Secretário, houve uma redução de percentuais em dezesseis setores, sendo que, ao todo, são quatrocentos e vinte segmentos da economia que têm implicação no Programa. Em levantamento realizado em todo o país, constatou-se que o Nota Legal é altamente regressivo, pois premia o consumidor que tem maior



capacidade de gasto. A desoneração para o consumidor com menor capacidade é muito pequena. Além disso, o Programa incide sobre o mercado varejista, que neste ano verificou redução na arrecadação do ICMS e no movimento. O valor mais expressivo desse segmento vem dos supermercados, que já emitem, obrigatoriamente, nota ou cupom fiscal. Há também desoneração nos setores de veículos e de energia elétrica, e uma proposta para que haja também sobre os medicamentos. Neste ano, o ICMS de medicamentos deve corresponder a duzentos e sessenta milhões. Todas essas questões precisam ser pensadas com muita prudência, pois será preciso fazer frente às despesas propostas e as desonerações podem afetar o equilíbrio orçamentário. Ao final de sua fala, o Secretário explicou que a proposta orçamentária foi feita com muito critério pela Secretaria de Planejamento em conjunto com a equipe tributária da Secretaria de Fazenda, colocou-se à disposição para discuti-la por inteiro e agradeceu a oportunidade de se manifestar. Antes de o Deputado Michel passar a palavra ao Deputado Olair Francisco, o Senhor Genésio Vicente, Subsecretário Adjunto de Estado de Planejamento e Orçamento, reforçando as palavras dos Secretários, colocou-se à disposição para esclarecer as dúvidas e enfatizou a necessidade de investimentos para a evolução do Distrito Federal. O Deputado Olair Francisco, abordando questão levantada pela Deputada Celina Leão na reunião de líderes, ocorrida no dia anterior, de que há um déficit para o ano que vem de dois bilhões e cem milhões de reais para a folha de pagamento, perguntou ao Secretário da Fazenda se este assunto está resolvido. Concedida a palavra à Deputada Celina Leão, esta, complementando a pergunta do Deputado Olair, questionou se há disponibilidade financeira para custear as folhas de pagamento e o décimo terceiro salário para todas as áreas e se no planejamento de 2015 foram computados os aumentos salariais concedidos para diversas carreiras pela Câmara Legislativa. Dr. Michel informou que passaria a palavra ao Secretário da Fazenda, Senhor Adonias, para que ele pudesse responder aos questionamentos da Deputada Celina Leão e posteriormente ao Secretário de Planejamento para responder às questões levantadas pelo Deputado Olair Francisco. O Secretário Adonias informou que na data de hoje, cinco de novembro, serão creditados os salários do pessoal da saúde, da educação e da administração direta e que até o dia sete de novembro, os salários das demais categorias. Acrescentou que em janeiro os pagamentos de salários são feitos, tradicionalmente, com os recursos do Fundo Constitucional. Com relação a 2015, o Secretário esclareceu que o Governo está trabalhando com valores muito conservadores e mesmo que haja crescimento significativo de alguns tributos, isso não está sendo considerado para que se possa ter uma margem de crescimento. Além disso, o Secretário informou que foi feito um programa em conjunto com a Vara de Execução Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios com o objetivo de recuperar e incorporar quatorze bilhões de reais que constam da dívida ativa. O Secretário Paulo Antenor, ao responder ao questionamento do Deputado Olair Francisco sobre o déficit de dois bilhões e cem milhões, informou estar trabalhando na equipe de transição e que os números serão discutidos por essa equipe, mas esclareceu que o orçamento não é uma peça pronta e acabada, ele precisa ser executado. Por isso, se houver necessidade de se ajustar dois bilhões,



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**



algo em torno de 5% do orçamento total, isso é perfeitamente possível de ser feito, observando-se os princípios da competência financeira e orçamentária. Ao terminar, o Secretário informou que os números estão sendo debatidos com o novo governo, os salários deste ano não estão atrasados e que as respostas aos questionamentos feitos pelo Presidente da CEOF, Deputado Rôney Nemer, serão entregues ao final da audiência. O Deputado Dr. Michel passou, então, a palavra para a Deputada Celina Leão, que questionou os dois Secretários presentes sobre dívidas e provisões para o ano de 2015, Fundo Constitucional, quantidade de recursos da Fonte 100 para completar os valores da saúde e educação e, ao encerrar, solicitou a memória de cálculo de todas as despesas previstas para pessoal em 2015. Os questionamentos e dúvidas foram respondidos e o Deputado Chico Vigilante fez uso da palavra para chamar atenção sobre o alto valor que o GDF deixa de arrecadar com programas como o Nota Legal e IPVA Zero e os descontos e a inadimplência no IPTU e IPVA. Segundo levantamento do próprio Deputado, a renúncia pode chegar a cerca de trezentos milhões de reais. O Deputado Wasny de Roure fez uso da palavra para salientar as ações do atual Governo, chamando atenção para o aumento nos investimentos, reconhecendo que haverá dificuldades a serem enfrentadas pelo novo governo e assumindo suas responsabilidades, como deputado reeleito, nas discussões sobre as receitas não arrecadadas e os gastos exagerados. O Secretário Paulo Antenor de Oliveira, o Deputado Dr. Michel e o Secretário Adonias dos Reis Santiago comentaram a fala do Deputado Wasny de Roure sendo então concedida a palavra ao Deputado Agaciel Maia. Em seu pronunciamento, o Deputado parabenizou a atuação dos senhores Adonias e Paulo Antenor à frente das Secretarias de Fazenda e Planejamento, teceu comentários sobre pontos específicos do orçamento, abordou a questão das despesas com pessoal, o custeio da máquina pública, arrecadação, situação da economia, renúncia fiscal, investimentos, regularização de condomínios e arrecadação de ITBI. Antes das considerações finais, o Deputado Dr. Michel passou a palavra ao Senhor Rubens Roriz da Silva, Presidente do Sindifisco-DF, que se encontrava no Plenário, que informou que o quadro atual de fiscais é insuficiente para auditar a quantidade de empresas existentes no DF. Após comentar a fala do Senhor Rubens, o Deputado Dr. Michel agradeceu a participação dos Secretários de Fazenda e Planejamento, à equipe da CEOF e a todos os presentes na audiência. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente audiência pública da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Eu, Getúlio José R. Pernambuco, Secretário desta Comissão lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente.

Deputado **Rôney Nemer**
Presidente

PUBLICADA NO DCL Nº 222, DE 03/12/2014, PÁGINAS 6 E 7.